



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 10120.902085/2008-15  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** **2801-003.273 – 1ª Turma Especial**  
**Sessão de** 20 de novembro de 2013  
**Matéria** IRRF  
**Recorrente** EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

Data do fato gerador: 10/04/1999

IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE. PAGAMENTO INDEVIDO. COMPENSAÇÃO COM IRPJ. FALTA DE COMPROVAÇÃO.

A homologação de compensação de débito fiscal efetuado pelo próprio sujeito passivo, mediante a transmissão de declaração de compensação (DCOMP), está condicionada a certeza e liquidez do crédito utilizado.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

*Assinado digitalmente*

Tânia Mara Paschoalin – Presidente.

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva – Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, Marcelo Vasconcelos de Almeida, José Valdemir da Silva, Carlos César Quadros Pierre, Mário Henrique Sales Parada e Ewan Teles Aguiar.

## **Relatório**

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 4ª Turma da DRJ/BSB.

*Por bem descrever os fatos, adota-se o relatório da decisão recorrida:*

- Trata-se o presente processo da Declaração de Compensação (DCOMP) de nº 23028.19753.190504.1.3.04-8388, transmitida eletronicamente em 19/05/2004, com base em créditos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte.

A contribuinte declarou no PER/DCOMP a existência de crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior. Entretanto, o Darf que teria dado origem ao crédito pleiteado não foi localizado nos sistemas da Receita Federal.

Assim, em 18/07/2008, foi emitido eletronicamente o Despacho Decisório (fl. 7), cuja decisão **homologou parcialmente** a compensação dos débitos confessados por inexistência de crédito. O valor atualizado do principal correspondente aos débitos informados é de R\$ 14.319,14.

Cientificado, via postal, dessa decisão em 30/07/2008 (fl. 8), bem como da cobrança dos débitos confessados na Dcomp, o sujeito passivo apresentou em 28/08/2008, **manifestação de inconformidade** as fls. 13 a 18, acrescida de documentação anexa.

A contribuinte contesta a decisão proferida no Despacho Decisório, alegando que teria cometido equívoco quando preencheu o campo referente ao período de apuração do Darf informado como origem do crédito no PER/DCOMP. Esclarece que essas informações estariam corretamente na DCTF do período. Acrescenta que teria tomado conhecimento do erro cometido apenas quando teve necessidade de expedir uma Certidão Negativa de Débitos / Certidão Positiva com Efeito de Negativa em meados de 2004. Nessa ocasião, verificou que débitos que acreditava estarem quitados, encontravam-se em processo de cobrança pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Assim, para obter a referido certidão, teria quitado, em duplicidade, débitos que considerava extintos, o que teria dado origem ao crédito pleiteado no presente Per/DCOMP.

Adicionalmente, afirma que também teria dectado equívocos no preenchimento do PER/DCOMP objeto dos autos e da DCTF do período, ou seja, ao invés de informar os dados do Darf do segundo recolhimento efetuado por ela em 31/03/2004, teria informado erroneamente os dados daquele primeiro Darf, que teria originalmente quitado os débitos do período.'

Ao final, requer que seja conhecida a Manifestação de Inconformidade e declarada extinta a obrigação tributária que se pretendia ver compensada.

A Manifestação de Inconformidade apresentada pela contribuinte foi julgada improcedente, nos termos da ementa abaixo descrita: .

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE **IRRF**

Data do fato gerador: 10/04/1999

INEXATIDÃO MATERIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

Não foram apresentadas provas que comprovassem a ocorrência de inexatidão material nas informações contidas na DCTF.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO.

A contribuinte não possui crédito disponível para compensar os débitos informados no PER/DCOMP.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Cientificado da decisão de 1ª instância em 04.02.2011 ( fl. 51), a contribuinte apresentou recurso em 03.03.2011 (fls. 52/67 ). Na peça recursal aduziu em síntese o seguinte:

● *A contribuinte, supra qualificada, apresentou via eletrônica Declaração de Compensação nº ( 23028.19753.190504.1.3.04-8388), na qual declara a compensação de pretensão crédito de pagamento indevido ou a maior de IRRF no valor de R\$ 8.018,96 relativo ao período de apuração em 10.04.1999.*

● *A contribuinte foi cientificada do Despacho Decisório em 30.07.2008(fl.9), de que “A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foi localizado o pagamento,mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte do período do 1º.trimestre.1999, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados NO PER/DCOMP”.*

● *Em razão do acima descrito, não foi homologada a compensação declarada.*

● *Irresignado, a contribuinte apresentou em 28.08.2011. Manifestação de Inconformidade de ( fls. 11/16 ), alegando, em síntese, que:*

*a) Incorreu em erro ao preencher a DCTF, sendo que havia apurado IRRF no montante de R\$ 8.018,96, do período de apuração em 10.04.1999, ao invés de informar o darf no valor de R\$ 185.588,16 com vencimento em 31.03.2004.*

*b) No entanto a recorrente deixou de corrigir a DCTF do período do crédito no prazo legal, o que acabou gerando a inconsistência entre os valores declarados em DCTF e na PER/DCOMP.*

● *Alega que o preenchimento do PER/COMP e da DCTF configuram erro de fato ou material, por desatenção da contabilidade da Recorrente: “o erro de fato resulta da inexatidão ou incorreção dos dados fáticos, situações, atos ou negócios que dão origem à obrigação”*

- *Anexou o livro razão para demonstrar o debito real de IRPJ.*
- *Transcreveu longos trechos da legislação e decisões do CARF;*
- *Por fim requer que seja provida a manifestação de inconformidade, desconstituindo-se a exigência fiscal formulada, seja reconhecida a DCTF retificadora e conseqüentemente o crédito tributário e homologado o pedido de compensação total.*

### **É o Relatório**

### **Voto**

Conselheiro José Valdemir da Silva, Relator

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

A controvérsia cinge-se à existência de direito creditório suficiente para validar a compensação pretendida pela Recorrente.

De início é importante mencionar que, a Recorrente pretendeu utilizar-se do valor de R\$.8.018,96 de IRRF pagamento indevido do período de apuração em 10.04.1999 (fl.13), quando o correto seria o darf no valor de R\$ 185.588,16 com pagamento em 31.03.2004, (fl.14). Tal erro teria levado à não localização do crédito pleiteado.

Observa-se que, o crédito informado pela contribuinte na PER/DCOMP no valor de R\$ 8.018,96, referente à IRRF com período de apuração em 20.11.2000, não foi localizado na base de dados da RFB, tendo em vista que o vencimento correto do darf era 10.04.1999 (fl.13), por esse motivo foi indeferido o pedido de compensação do IRRF com IRPJ no valor original de R\$ 15.218,38 referente ao 1o trimestre.2004

Como se vê, o principal fundamento da improcedência da Manifestação de Inconformidade tenha sido a inexatidão material no preenchimento da PEDCOMP e da DCTF do período.

Entretanto, para que esta busca chegue ao resultado esperando, a contribuinte deve comprovar o erro ocorrido e o seu direito creditório pleiteado.

Releva notar que, a contribuinte apurou e declarou ao Fisco débito de IRPJ confessando a dívida detida para com o Fisco de forma a constituir o crédito tributário, natureza jurídica esta reservada à DCTF. Ou seja, para fins de constituição do crédito tributário exigível, o que valem são as informações transmitidas através da DCTF.

Portanto, detectado qualquer erro no preenchimento da referida declaração, sujeito passivo tem a possibilidade de retificá-la antes que seja iniciado qualquer procedimento de fiscalização ou que decorra o prazo para a homologação do “lançamento” por ela praticado. Sendo a correção destinada a reduzir ou excluir tributo, a retificação somente será admitida se

Processo nº 10120.902085/2008-15  
Acórdão n.º **2801-003.273**

**S2-TE01**  
Fl. 102

---

houver comprovação do erro e realizada antes da notificação do lançamento, conforme preceituado no art. 147, §1º, do Código Tributário Nacional – CTN.

Assim sendo, diante da inexistência de crédito a compensar, deve ser indeferido o pedido de compensação.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva - Relator